

UMA ESTRATÉGIA PARA O BRASIL, UM PLANO PARA A PETROBRÁS

**Aspectos estratégicos e geopolítico
que influenciam o Planejamento
Estratégico e de Negócios da Petrobrás**

08/09/2015 – 18:00h às 19:30h

16, 23, 30 de Setembro/2015 – 18:00h às 20:00h



Durante setembro, a AEPET, em parceria com o Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da UFRJ e o Clube de Engenharia, promove o Seminário “Uma estratégia para o Brasil, um plano para a Petrobrás – Aspectos estratégicos e geopolíticos que influenciam o planejamento estratégico e de negócios da Petrobrás. As palestras acontecerão nos dias 8, 16, 23 e 30 de setembro, no auditório do 22º andar do Clube de Engenharia (Avenida Rio Branco, 124), com entrada gratuita (a capacidade do local é de 80 pessoas).

2 Petros: contas que não fecham

3 A grande imprensa e o plano de negócios da Petrobrás

4 Conteúdo nacional é esperança contra desindustrialização

ENTREVISTA:
Deyvid Bacelar

6 “Momento exige união em defesa da Soberania Nacional e da Petrobrás”

8 O lucro e a verdade dos números

Editorial

A palavra desinvestimento é eufemismo para privatização. Por isto, a AEPET não pode concordar com o plano de gestão e de negócios da Petrobrás 2015/2019, que prevê a venda de ativos da ordem de US\$ 40 bilhões. Esta edição do AEPET Notícias pretende oferecer ao leitor informações que revelam o caráter nefasto desta opção administrativa, baseada na visão de curto prazo e, claramente, para atender apenas aos anseios do “mercado”.

O entendimento da importância estratégica e geopolítica do petróleo será tema de um Seminário (página 5) promovido pela AEPET, em parceria com o Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da UFRJ e o Clube de Engenharia.

A importância da Petrobrás para a indústria brasileira (página 4) reafirma a postura da AEPET em defesa de uma Petrobrás forte, independente, 100% pública e operadora única do pré-sal. Nesse sentido, em nome da união que o momento exige, saudamos a visão exposta pelo representante dos trabalhadores no Conselho de Administração (CA) da Petrobrás (páginas 6 e 7).

Boa Leitura.



Av. Nilo Peçanha, 50 Grupo 2409
Centro - Rio de Janeiro-RJ
CEP: 20020-100
Tel.: 21 2277-3750
Fax 21 2533-2134

Petros: contas que não fecham

Pela 12ª vez consecutiva, o conselho deliberativo da Petros aprovou as contas da entidade, contrariando a recomendação de rejeição feita pelo conselho fiscal. Até o conselheiro deliberativo Paulo César, da Federação Única dos Petroleiros (FUP), alegando sua discordância em relação à precificação de alguns ativos, seguiu a recomendação do conselho fiscal, obrigando o presidente do conselho deliberativo a utilizar o voto de minerva.

Segundo Epaminondas de Souza Mendes, presidente do conselho fiscal, “pela segunda vez consecutiva o conselho fiscal recomendou por unanimidade a rejeição das contas da Entidade. E a Superintendência de Previdência Complementar - Previc, órgão fiscalizador da União, determinou que a apreciação das contas não pode ser realizada de forma imotivada. Ou seja, os itens apontados pelo CF precisam de uma resposta técnica do CD para serem aprovados”.

CONTAS QUE PRECISAM SER AUDITADAS

Há pelo menos duas contas que o conselho fiscal quer que sejam explicadas pela Petros. A primeira é relativa aos Termos de Compromissos Financeiros (TCF) com a Petrobras, cujos valores foram alterados por três vezes em 2012, chegando a R\$ 9.167.671 mil no final do ano passado. A outra conta se refere a utilização de recursos do Plano de Gestão Administrativa (PGA) para custeio de planos insuficientes administrados pela entidade. Como informa o conselheiro fiscal Ronaldo Tedesco,

“o Fundo Administrativo do Plano Petros do Sistema Petrobrás (PPSP) já somou valores superiores a R\$ 1,2 bi. Fechou o exercício de 2014 com R\$ 870.923, uma variação negativa de 11%. Estes números têm sido questionados pelo conselho fiscal que solicitou há dois anos a realização de uma auditoria externa, negada pela Petros. A Petros negou também a realização de um estudo atuarial para sabermos a duração do PGA”.

FUNDO PREVIDENCIAL

Outro item que precisa de resposta foi a criação do Fundo Previdencial, no valor de R\$ 2,9 bilhões, para atender ao acordo com os assistidos do PPSP, que trata da revisão de benefícios para contemplar os níveis concedidos em 2004, 2005 e 2006 aos ativos.

Esta revisão tem previsão de cobertura integral das patrocinadoras, caso os recursos sejam insuficientes. Segundo o conselheiro deliberativo Paulo Brandão “como o acordo de níveis diz respeito a níveis referentes a 2004, 2005 e 2006, anteriores, portanto, à repactuação, esta previsão é aplicável a todos os assistidos daquela época”.

Silvio Sinedino, conselheiro deliberativo da entidade, complementou: “ainda que se entenda que não cabe esta previsão de custeio, há que se destacar que o acordo teve origem nas ações jurídicas em que a Petros foi condenada solidariamente com a Petrobrás. Neste sentido, deveria ao menos ser cobrado o regresso da patrocinadora. Assim como deveriam ser cobrados também os custos judiciais e os gastos com escritórios jurí-


dicos que a Petros foi obrigada a contratar”.

PRECIFICAÇÃO, DÍVIDAS E A QUESTÃO ATUARIAL

No tema precificação há uma série de contas que são apresentadas pela Petros que mereceriam ao menos uma atenção diferenciada por parte do conselho deliberativo da entidade, segundo os conselheiros eleitos por indicação do Comitê em Defesa dos Participantes da Petros (CDPP). Estas contas envolvem ativos como o Fundo Litel (Vale), a Invepar, a Norte Energia e a Sete Brasil.

Em relação ao Fundo Litel há auditoria independente, contratada pelo próprio fundo, que detectou a possibilidade de uma superavaliação de até R\$ 1 bilhão.

Os conselheiros eleitos apresentaram ainda questionamentos relativos à cobrança de dívidas da patrocinadora Petrobrás com o PPSP. Fernando Siqueira, que é suplente do conselheiro deliberativo Paulo Brandão, esclareceu: “estas dívidas continuam sendo cobradas pelos sindipetros do Litoral Paulista e do Pará na ação civil pública ajuizada na 18ª Vara Cível do Rio de Janeiro.

As hipóteses atuariais utilizadas para o cálculo das reservas matemáticas do PPSP também são questionadas pelos conselheiros eleitos, que apontam inclusive a utilização da família real para os ativos, enquanto para os assistidos é utilizada a família padrão. Esta situação foi colocada por que a utilização da família real também para os assistidos daria causa a um aumento das reservas matemáticas em torno de R\$ 2 bilhões. 

Presidente
Felipe Campos Cauby Coutinho

Vice-Presidente
Fernando Leite Siqueira

Diretor Administrativo
Francisco Isnard Barrocas

Vice-Diretor Administrativo
Christian Alejandro Queipo

Diretor Comunicações
Ronaldo Tedesco Vilardo

Vice-Diretor Comunicações
Herbert Campos Gonçalves Teixeira

Diretor de Pessoal
Arthur Flavio Jansen Ferrari

Vice-Diretor de Pessoal
Silvio Sinedino Pinheiro

Diretor Cultural
Henrique Sotoma

Vice-Diretor Cultural
Estelito Rangel Junior

Diretor Jurídico
George Torres Barbosa

Vice-Diretor Jurídico
Paulo Teixeira Brandão

Conselho Fiscal – Titular
Ricardo Moura de A. Maranhão, Diomedes Cesário da Silva, Francisco Soriano de Souza Nunes

Conselho Fiscal - Suplente
Pedro Francisco de A. Castilho, Carlos Sezino de Santa Rosa, Raul Tadeu Bergmann

Núcleos

Aepet-Bahia: Jorge Gomes de Jesus
Aepet-BR: Paulo Teixeira Brandão
Aepet-Macacá: José Carlos L. de Almeida
Aepet-NS: Ricardo Pinheiro Ribeiro
Aepet-SE/AL: Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

Delegados

Angra dos Reis: Alexandre Guilherme
Vitória: Paulo Weimar Perdigão Magalhães
Rio Grande do Sul: James Chang

Santos/SP: Carlos Alberto Amaral Ribeiro e Rogério Picado

Redação

Editores:
Alex Prato (MTB 15542) e Rogério Lessa (RJ 21.221JP)

Colaborador: José Luiz Sombra

Projeto Gráfico:
Luiz Fernando Nabuco

Arte / Ilustração: Amorim

Diagramação: Geraldo Machado

JOSÉ LUIZ SOMBRA

O QUE A GRANDE IMPRENSA NÃO CONTA

Cenário: O novo plano de negócios da Petrobrás

Mais uma vez, a visão e informações são sempre parciais. Para a grande imprensa, a Petrobrás finalmente caiu na real. Sem recursos, concentrará sua atuação em operações que lhe assegurem retorno à rentabilidade mais rápidos. O plano de negócios até 2019 prevê um corte de 37% no planejamento anterior. A estatal vai investir US\$ 130 bi no período, dos quais 83% na exploração e produção.

O alvo é o pré-sal, que já atingiu em sete anos, cerca de 800 mil barris/dia de petróleo. Para a grande imprensa, mesmo com o corte, os investimentos na cadeia produtiva mantêm a operação do sistema, com um média anual de US\$ 26 bi. Sai a ideologia, entra o pragmatismo. Para isso e equilibrar a balança é necessário vender ativos, desde poços em declínio de produção até a “coroa da rainha”, os poços do pré-sal.

E a grande imprensa pergunta, como ser operadora única no setor e ter no mínimo 30% do capital do consórcio se não há dinheiro? Assim, afirma, dos US\$ 130 bi de investimentos programados, quase a metade terá origem na venda de ativos. Ou seja, mais uma fatia da Petrobrás a ser privatizada. Além disso, pede preços dos combustí-

veis alinhados aos preços internacionais. Para eles, é condição sine qua non para atrair investidores nas áreas de abastecimento e distribuição de combustíveis, além do reexame da política de conteúdo local.

Literalmente, propõe o desmonte do modelo de partilha.

O QUE FALTOU DIZER À OPINIÃO PÚBLICA?

Mudança em planos de negócios é normal em função dos cenários que se apresentam. Mas o petróleo tem suas particularidades e integra qualquer projeto de desenvolvimento nacional. E aí surge a primeira pergunta que não foi feita no noticiário da grande imprensa: que projeto ela defende? Outra pergunta que se omite é: qual o valor do petróleo? Todo bem tem um valor de uso e de troca. Vocês podem imaginar o uso do petróleo e derivados na cadeia produtiva? E aí teremos que redimensionar o valor de uso do petróleo, que é enorme no país. Segundo consta, não há até o momento nada comparável que o substitua nessa cadeia de produção. E nesse ponto, todas as contas devem ser repensadas, já que o valor da troca se deteriora no contexto recessivo atual.

Já a exploração do pré-sal, há que pensar na estratégia de produção, a velocidade da extração do produto e sua finalidade. Vamos extrair mais agora, por que? Para abastecer os grandes consumidores internacionais que estão no pico de sua produção e olham com “olhos grandes” a grande reserva do pré-sal brasileiro? O ritmo da exploração, o Brasil tem que ditar soberanamente. Esse é o valor de uso que atribuímos ao pré-sal. Por isso, defendemos a Petrobrás como operadora única nos campos do pré-sal e a participação no mínimo de 30% nos consórcios. Isso ficou sintetizado nos 14 pontos publicados no Globo e no Aepet Notícias passado.

Nesse ritmo, vamos desenvolvendo a nossa já desenvolvida capacidade produtiva. Essa renda permitirá erguer a infraestrutura até mesmo a produção de energias renováveis, importante para o futuro. A redução dos investimentos e da produção pode ser compatível com o mercado interno que temos, não sendo necessário aumentar as exportações de um recurso que, um dia, vai acabar. Além do mais, em tempos de recessão mundial, para que aumentar as exportações, depreciando o preço do produto? Por isso, nos soa mal o anúncio de novos leilões.

Já o plano de desinvestimento, é outra coisa. A venda de ativos, na “bacia das almas”, desintegra a produção e prejudica o futuro da empresa. Vender UTEs, Transporte, participação na BR Distribuidora, dutos, navios, poços de petróleo (cerca de US\$ 40 bi em ativos), segundo o presidente da empresa Aldemir Bendini, compromete a integração produtiva da Petrobrás.

Todo mundo sabe que a Petrobrás tem uma das maiores reservas do mundo, um mercado cativo e com potencial de crescimento, além da capacidade financeira para obter créditos em até 100 anos. Surgem novos parceiros, como a China. Por tudo isso, não há razão para os leilões e mudanças no modelo de partilha.

Com todos os problemas, a Petrobrás fechou o segundo trimestre com um lucro líquido de R\$ 531 milhões, uma queda em relação ao mesmo período do ano passado. Mas todas as multinacionais de petróleo apresentaram resultados pífios no período, sem terem de longe os problemas que a empresa atravessa, como a perda de R\$ 6,2 bi devido à Operação Lava Jato. E ainda pagou R\$ 3,9 bi à Receita Federal. O passivo é grande, mas a empresa tem fôlego de sobra. ☺

Conteúdo nacional é esperança contra desindustrialização

A indústria brasileira vive uma crise sem precedentes e, como lembrou o presidente executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, em recente entrevista, a Petrobrás responde por nada menos que a metade dos bens de capital adquiridos no país – o desempenho deste segmento é melhor indicador para o investimento industrial. Se as encomendas das demais estatais forem incluídas, tem-se uma ideia clara da importância das políticas de conteúdo nacional, não apenas nos momentos de crise, mas para preservar o que ainda resta do desenvolvimento conseguido a duras penas entre as décadas de 1930 e 1970.

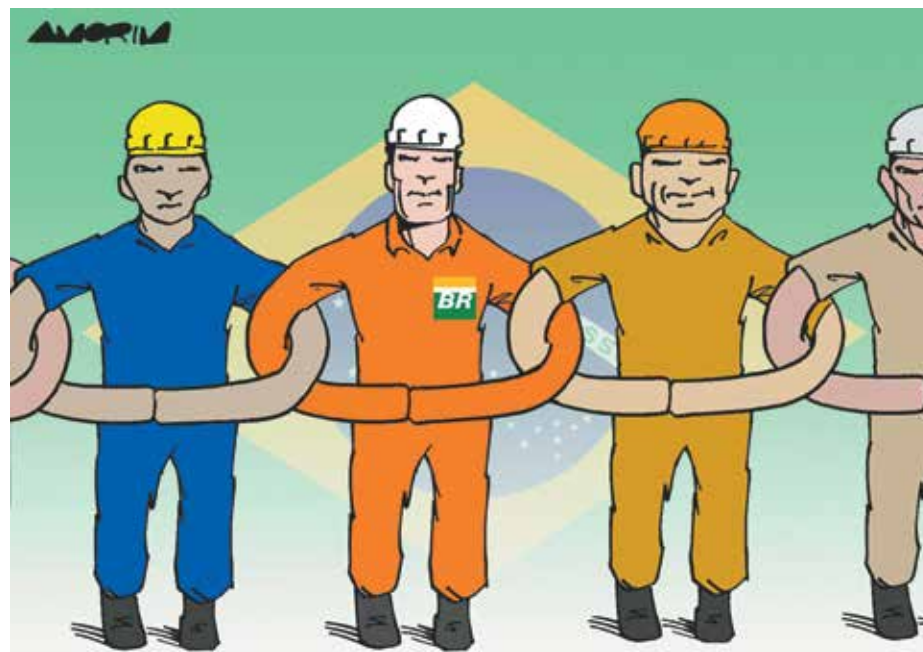
Em contraste com o período de afirmação econômica, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria (IEDI) destaca que o desempenho da indústria brasileira no século XXI está “muito aquém dos padrões globais, sobretudo nos últimos anos”. Enquanto isso, as economias industriais emergentes ganharam maior peso relativo em todos os ramos industriais.

Em 2014, o Valor da Transformação Industrial (VTI) mundial cresceu 2,3%, tendo aumentado 1,4%, entre 2005 e 2010, e 2,8%, de 2010 a 2013, em termos reais. Em particular, o VTI das economias emergentes industriais e em desenvolvimento cresceu 6,9% em 2005-2010, 5,4% em 2010-2013 e 5% em 2014. Já a evolução das economias industrializadas passou de -0,7% entre 2005 e 2010 para 1,5% entre 2010 e 2013 e 1% em 2014.

O Brasil, país aberto ao capital financeiro, com estrutura tributária que penaliza o trabalho e a produção, tem dificuldade em fazer valer sua soberania sobre as taxas de câmbio e juros, que acabam pressionando ainda mais a carga tributária. E paga caro por isso: “Embora tenha ocupado, em 2014, o 11º lugar no ranking dos líderes da produção mundial (foi o 12º em 2005

e o 10º em 2010), o Brasil apresentou redução na sua participação no VTI mundial, de 1,86% em 2005 para 1,59% em 2014”, contabiliza o IEDI.

Em dez anos, a China dobrou sua participação. Os EUA, que em 2004 eram líderes isolados do VTI mundial, respondendo por cerca de 23% do total, caíram para 19%. A China com uma índice de 18,41% do total quase já ultrapassa o índice norte-americano em 2014 – sendo que em 2004 era a terceira maior produtora, representando pouco menos de 10% do total.



No grupo de emergentes, o IEDI destaca ainda o ritmo forte de expansão da indústria de transformação na Indonésia, Polônia, Turquia e Arábia Saudita, além dos países da antiga comunidade soviética, contrastando com a desindustrialização verificada no Brasil. “Além de perder participação na produção mundial da indústria de transformação, o Brasil vem perdendo posições também em termos do VTI per capita que em 2013 era de US\$ 757, apenas o 73º entre os países do mundo e atrás de Romênia, República Dominicana e Venezuela, por exemplo”, diz o documento.

No entanto, mesmo com um fraco desempenho, o Brasil ainda se desta-

ca em várias divisões industriais, o que mostra a resiliência e o potencial não plenamente aproveitado de seu setor industrial. Como integrante do grupo dos 15 maiores produtores, a indústria brasileira figura em 16 dos 21 ramos industriais. De 2005 para 2013, em oito desses setores nossa indústria melhorou sua posição no ranking mundial.

Muito desse desempenho se deve ao conteúdo nacional exigido para as encomendas da Petrobrás, com reflexos importantes nas contas externas (substituição de importações), na ge-

6,3%. Em todos os grandes setores industriais, a produção caiu fortemente no acumulado janeiro-junho de 2015, com enorme destaque para o setor de bens de capital, que amargou queda de 20,0%, ante -14,8% no de bens de consumo duráveis; -6,7% no de bens de consumo semi e não-duráveis; e -3,0% no de bens intermediários.

EMPREGO E INVESTIMENTO

Após as quedas de 2,0%, 2,8%, 3,7% e 4,4%, nessa ordem, do primeiro ao quarto trimestre de 2014, o número de ocupados na indústria recuou 4,6% no primeiro trimestre deste ano – todas as taxas relativas a igual trimestre do ano imediatamente anterior. É o menor patamar em uma década. Em todos os dezoito ramos industriais pesquisados pelo IBGE, o emprego industrial recuou no acumulado dos três primeiros meses deste ano. E há quedas expressivas nos mais diferentes segmentos, como, por exemplo, nos de máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-11,9%), produtos de metal (-9,3%), meios de transporte (-8,8%), outros produtos da indústria de transformação (-8,2%), calçados e couro (-7,1%), refino de petróleo e produção de álcool (-6,6%), metalurgia básica (-6,3%), máquinas e equipamentos (-5,1%) e vestuário (-4,3%).

Com o consumo das famílias e do governo em desaceleração ou retração, o investimento na indústria, que seria uma peça chave para a retomada do crescimento sustentável no país. No entanto, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) não está otimista quanto a este desempenho. Segundo seu Informe Conjuntural, que traz previsões sobre a economia, a taxa de investimento na indústria deverá ficar estagnada em relação a 2014, um ano cuja dinâmica já não foi das melhores. O país sente o peso das políticas de ajuste em ambiente de liberalização financeira e inibição do investimento das estatais.

ração de empregos no Brasil e também no desenvolvimento tecnológico. Para ficarmos apenas no Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), com suas iniciativas de capacitação profissional, de desenvolvimento de fornecedores e constituição de Arranjos Produtivos Locais (APL) no entorno dos grandes estaleiros. Vale destacar os 80 mil empregos gerados em 10 anos, período entre 2003 e 2013, que multiplicou por dez as vagas existentes no início (pouco mais de 7 mil).

Não obstante, em meio ao agravamento da crise na Petrobrás, no primeiro semestre deste ano, segundo o IBGE, a produção industrial recuou

Durante setembro, a AEPET, em parceria com o Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da UFRJ e o Clube de Engenharia, promove o Seminário “Uma estratégia para o Brasil, um plano para a Petrobrás – Aspectos estratégicos e geopolíticos que influenciam o planejamento estratégico e de negócios da Petrobrás. As palestras acontecerão nos dias 8, 16, 23 e 30 de setembro, no auditório do 22º andar do Clube de Engenharia (Avenida Rio Branco, 124), com entrada gratuita (a capacidade do local é de 80 pessoas).

O seminário trata da inserção da Petrobrás na construção de um projeto de desenvolvimento nacional. Neste sentido, busca compreender o cenário internacional e a inserção do Brasil na disputa por matérias primas, mercados e força de trabalho.

Compreender o mundo, mas com o compromisso de transformá-lo, no sentido de incluir a maioria da população brasileira na construção de uma sociedade digna, solidária e fraterna. Para isso, é necessário refletir qual o papel da Petrobrás, uma empresa especial, considerando o valor do petróleo e a importância da segurança energética nacional.

O seminário se destina aos petroleiros, aos estudantes e a sociedade em geral, como forma de debater e contribuir com a construção de um projeto nacional no qual a Petrobrás deve ter papel relevante.

SEMINÁRIO

UMA ESTRATÉGIA PARA O BRASIL, UM PLANO PARA A PETROBRÁS

Aspectos estratégicos e geopolítico que influenciam o Planejamento Estratégico e de Negócios da Petrobrás

PROMOÇÃO: Associação de Engenheiros da Petrobrás (AEPET), Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) do Instituto de Economia da UFRJ (PEPI-UFRJ) e Clube de Engenharia

Local: CLUBE DE ENGENHARIA, NA AVENIDA RIO BRANCO, 124 – 22º ANDAR

ABERTURA

08/09/2015 – 18:00h às 19:30h

A INSERÇÃO DO BRASIL NA BALANÇA ENTRE POTENCIAS INTERNACIONAIS

PROF. JOSÉ LUIS DA COSTA FIORI

Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI-UFRJ). Coordenador do Grupo de Pesquisa CNPQ/UFRJ “Poder Global e Geopolítica do Capitalismo”

PROGRAMAÇÃO

16/09/2015 – 18:00h às 20:00h

DO PETRÓLEO À APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE DE VALOR PRODUZIDO POR MEIO DA PETROBRÁS

ENG. FELIPE COUTINHO

Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) Engenheiro químico, especializado em engenharia de processamento e em biocombustíveis, trabalha no Centro de Pesquisas da Petrobrás (CENPES)

23/09/2015 – 18:00h às 20:00h

GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO E CONJUNTURA INTERNACIONAL

PROF. RAPHAEL PADULA

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atua no Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI-UFRJ) e na Graduação de Relações Internacionais (UFRJ). Membro do Grupo de Pesquisa CNPQ/UFRJ “Poder Global e Geopolítica do Capitalismo”

30/09/2015 – 18:00h às 20:00h

DIPLOMACIA, SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL E PETRÓLEO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES AO BRASIL

PROF. MAURICIO METRI

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atua no Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI-UFRJ) e na Graduação de Relações Internacionais (UFRJ). Membro do Grupo de Pesquisa CNPQ/UFRJ “Poder Global e Geopolítica do Capitalismo”

Serão reservados 30 minutos ao final de cada palestra para as perguntas do público

MEDIADOR: ECONOMISTA PAULO PASSARINHO

informações
(AEPET)

(21) 2277 3750

www.aepet.org.br

www.facebook.com/AEPETRJ?ref=ts

PEPI-UFRJ

AEPET
Associação dos
Engenheiros da Petrobrás





Entrevista

DEYVID BACELAR - REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES DO CA DA PETROBRÁS

“Momento exige união em defesa da Soberania Nacional e da Petrobrás”

Em entrevista exclusiva ao AEPET Notícias, o representante eleito dos funcionários da Petrobrás no Conselho de Administração, Deyvid Bacelar, frisou que o momento vivido pelo país e pela empresa exige a união de todas as entidades ligadas aos petroleiros e engenheiros na defesa da Soberania Nacional e do uso de nossos recursos naturais para o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil, que estão sob ataque pesado. Particularmente, Bacelar citou o novo plano de negócios da Petrobrás e as iniciativas de congressistas no sentido de desconstruir os principais pilares do regime de partilha para a exploração do pré-sal: a Petrobrás como operadora única, a política de conteúdo nacional e o fundo soberano social. “O novo plano de negócios deixa claro que a empresa vai estar sempre dando resposta ao mercado de capitais e se voltará para exploração e produção”, alertou.

Qual o papel do representante dos trabalhadores no CA?

A eleição do representante dos trabalhadores no CA foi uma conquista importante de 2010, efetivada em 2012. A participação é fundamental para que os petroleiros tenham acesso a informações da empresa e poder decisório em uma instância importante como o CA, mesmo que nossa opinião divirja daquela expressa pelos demais conselheiros. Antes as

decisões eram tomadas sem a participação de nenhum trabalhador do chão da fábrica. Isso já ocorre em outros países, como na Europa, por exemplo. Há casos em que há três representantes dos trabalhadores nos CAs.

Você se sente respeitado entre os outros conselheiros?

Sim, principalmente pelo fato de o representante estar ligado a um dos maiores sindicatos do país e ter apoio das outras entidades de clas-

se. Além dos 14 sindicatos da FUP, ultimamente temos tido aproximação de outros sindicatos, dos companheiros da AEPET e outros, que dão peso à representação. Não fosse isso, nossa influência seria menor. Há respeito por conta disso, de saberem que as decisões que estão sendo tomadas ultimamente, prejudiciais aos trabalhadores e ao Brasil, têm tido enfrentamento. Assim criamos respeito.

O que precisa ser mudado para melhorar esta representação?

Algumas alterações precisam ser feitas e algumas já estão sendo discutidas. Por exemplo, o mandato de um ano é muito curto. Há possibilidade de isto ser alterado, com validade para o próximo mandato. Outro tema em discussão é a constituição de um suplente, para o caso de uma possível falta do titular. O suplente que acompanha as reuniões tem competência para substituir. Defendemos também a ampliação das competências do conselheiro em si. Temos feito trabalho com outros conselheiros eleitos de outras estatais ou empresas de capital misto, como Transpetro, Eletrobrás,

Eletronorte, BNDES, Caixa, aeroviários, portuários e outros. Estamos debatendo um projeto de lei neste sentido. Hoje o conselheiro eleito não pode participar de discussões que abordem questões trabalhistas e previdenciárias. É uma contradição que, na época, foi aceita para viabilizar a aprovação da lei. Felizmente, há parecer favorável do relator ao projeto de lei que está prestes a ser votado em plenário alterando esta regra. Com isso melhorariamos a atuação dos conselheiros. Mas pa-

ra melhorar ainda mais, seria importante ampliar a quantidade de representantes dos trabalhadores, algo que exigiria outro projeto de lei.

Como você avalia o Plano de Gestão e Negócios 2015-19? Há alguma outra voz dissonante no CA?

Infelizmente, não há. Na última reunião, o voto contrário foi apenas o meu. Os investimentos serão reduzidos em cerca de US\$ 70 bilhões, uma redução brutal de recursos que seriam injetados na economia

“O momento vivido pelo país e pela empresa exige a união de todas as entidades ligadas aos petroleiros e engenheiros na defesa da Soberania Nacional e do uso de nossos recursos naturais para o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil”.



do país, com aumento de emprego e renda. O investimento da Petrobrás ainda é alto, mas se comparado ao anterior é uma queda muito significativa. Além disso, há o plano de “desinvestimento” que na verdade é venda de ativos ou privatização da Petrobrás, pois representa praticamente 30% do valor dos ativos da Companhia. O plano de venda de ativos vai desde a área de Gás e Energia (40%), ao abastecimento (30%) e Exploração e Produção (30%), sendo que para 2015-16, está prevista a venda de 28 projetos já em andamento. Preocupa, muito não apenas a mim mas toda a categoria, pois há repercussão para funcionários concursados, terceirizados, e toda a cadeia de produção. E a engenharia nacional também está sendo prejudicada. Temos nos reunido em Brasília na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, com empresários do setor e entidades de engenheiros. E o pior é que as consequências do novo plano de negócios não param por aí. Há também redução de custos já aplicada na prática. Vemos demissões no Cenpes, nos prédios administrativos. Na Bahia, de janeiro a julho, quase 6 mil demissões no setor em empresas privadas, fora as empresas de serviços, hotelaria, transportes, em prejuízo do país.

O PL 131, do senador Serra, quer tirar a obrigatoriedade da Petrobrás como operadora única do pré-sal. Como você se posiciona a respeito?

O Brasil será o quarto produtor mundial de petróleo em 2020 e Serra cumpre seu papel de entreguista. Não sei qual foi a pior notícia, a pri-



“Hoje o conselheiro eleito não pode participar de discussões que abordem questões trabalhistas e previdenciárias. É uma contradição que, na época, foi aceita para viabilizar a aprovação da lei.”

vatização e os leilões do pré-sal, ou esta. O senador tuca no se aproveita do momento político negativo, do preço do petróleo baixo, câmbio desvalorizado, repercussão negativa da Lava Jato, com o juiz Sergio Moro travando as atividades da Companhia. Ver empresas citadas, mesmo ainda sem provas, repercute em alguns estaleiros diretamente. Tenta desmontar na verdade o modelo de partilha. O governo deve controlar a produção para decidir o melhor momento para produzir e também atentar para o custo. A Petrobrás tem custo de extração de US\$ 9, enquanto para as concorrentes esse custo pode chegar a US\$ 15. Sem a Petrobras, diminuem recursos para o fundo social soberano. Também estão querendo prejudicar as regras do conteúdo nacional. Encomendas de navios, plataformas e sondas têm sido feitas no país, gerando tecnologia, emprego e renda. Se as multinacionais entrarem farão de tudo para derrubar esse pilar



da lei de partilha, o conteúdo nacional.

Além da Petrobrás como operadora única e o conteúdo nacional, há um terceiro pilar da lei, o fundo social soberano, também prejudicado. Hoje o fundo tem R\$ 5 bilhões, que poderiam, com Libra, aumentar muito, se o modelo de partilha for mantido. O Wikileaks divulgou fala conversa de Serra com a Chevron, prometendo abrir para as multinacionais. Seria votado em regime de urgência. No dia da votação havia lobistas da Chevron, Shell e Erikson conversando diretamente com o senador.

Há conselheiros, nomeados pela União, que se declaram contra a obrigatoriedade e até mesmo a política de conteúdo nacional. Isto não enfraquece a defesa dos interesses da Petrobrás no pré-sal?

É inadmissível que conselheiros indicados pelo governo federal sejam contrários ao conteúdo nacional. Alguns expressaram que o conteúdo nacional é um peso para a Petrobrás, que seria mais barato fretar sondas no exterior, fretar navios, do que construir

no Brasil. Indicados pelo governo disseram uma barbaridade dessas apenas para sinalizar ao mercado.

Como a operação Lava Jato afetou a auto-estima do petroleiro?

Apesar de os envolvidos serem apenas alguns da cúpula da empresa, vemos hoje na sociedade um preconceito contra os trabalhadores da Petrobrás. Todos já ouviram alguma piada a respeito, mas ratifico que o que de fato ocorreu não foi por dentro da estrutura da empresa. Não houve envolvimento da maioria de seus trabalhadores. Não houve saída direta de recursos

dos cofres e sim corrupção da alta cúpula, que se envolveu com um cartel. O site da FUP cobra uma ação civil e criminal para punir esses gestores pelo prejuízo que causaram também aos trabalhadores.

Qual sua opinião sobre o documento da AEPET “As 14 principais razões porque a Petrobrás deve ser a operadora única do pré-sal”?

AEPET, FUP, SindipetroRJ não têm divergências quanto às questões da soberania e do marco regulatório do petróleo. Todos queremos uma Petrobrás 100% pública e a volta do monopólio estatal do petróleo.

PROGRAMA rádio online
FAIXA LIVRE

Opinião independente
Apresentador: Paulo Passarinho
Produção e Jornalista Responsável: Celeste Cintra – M1812323
Assistente de Produção: Sandra Priori

OUÇA AO VIVO
Rádio Livre
1.440 khz AM
Segunda à Sexta de 9h às 10h27

Participe:
Telefone da Rádio – (21) 2233-8822
E-mail: faixa.livre@yahoo.com.br
www.facebook.com/AEPETRJ?fref=ts

PROFICÍO:
AEPET Associação dos Engenheiros da Petrobrás
SINDIPETRO
CORSCON - RJ
Sociedade Brasileira de Engenharia de Petróleo
Sociedade Brasileira de Engenharia de Petróleo

O lucro e a verdade dos números

José Augusto Ribeiro

Fez-se um escarcéu com a divulgação do balanço da Petrobrás referente ao primeiro semestre deste ano. O balanço foi detalhadamente anunciado em presença do presidente e de todos os diretores da empresa, com transmissão ao vivo pela TV, num auditório repleto e com muitos jornalistas fazendo perguntas.

De todo o balanço, o que mais interessou foi a revelação dos lucros do último trimestre (abril-maio-junho), de 500 milhões de reais, quase 90% menores que os do mesmo período no ano passado, número que deixou para trás, esquecido, o dos lucros do semestre, apenas 43% menores que os de 2014.

Claro que os detalhes do balanço interessavam principalmente aos acionistas privados da Petrobrás, pois determinariam os dividendos a serem pagos por suas ações e, indiretamente, poderiam influenciar também a cotação dessas ações nas bolsas de valores. Para o maior acionista, o acionista controlador da Pe-



trobrás, porém, era de segunda ordem ou perto de irrelevante o fato de os lucros do segundo trimestre serem 90% menores este ano. Porque o acionista maior da Petrobrás é a União Federal, na prática o governo federal, e a este o que mais deve interessar não é o quanto de dividendos a empresa poderá pagar, e sim se ela está cumprindo ou não os objetivos para os quais foi criada há sessenta anos: abastecer o mercado brasileiro de derivados de petróleo nas melhores condições para nossa sociedade (não nas melhores condições para os dividendos dos acionistas).

Para o governo e para a sociedade brasileira, ousar pensar, seria até me-

lhor que, em certos momentos e em certas circunstâncias, não houvesse lucro algum, caso aparecesse a oportunidade ou surgisse a necessidade de investimentos imediatos ou urgentes em projetos de longo prazo, como o Pré Sal.

Foi o que fez, na época, o então diretor de Exploração e Produção da Petrobrás, Guilherme Estrela, ao concentrar tudo que podia de seu orçamento naquilo que poderia parecer uma aposta mas veio a ser a maior descoberta de reservas de petróleo no mundo nas últimas décadas. Importaria alguma coisa, diante da descoberta do Pré Sal, os lucros caírem 90%? Ou deveríamos sacrificar o futuro para não prejudicar o imediatismo dos dividendos?

Em entrevista ao programa *Debate Brasil* algum tempo depois, Estrela disse uma verdade que deveria ser repetida e levada ao conhecimento de todo o país, mas ficou confinada ao público restrito daquele programa: só uma empresa estatal como a Petrobrás poderia chegar ao Pré Sal, porque uma empresa privada, tendo de dar prioridade ao lucro, não teria condições de ousar tanto.

Um erro cometido pelo governo

brasileiro de então, antes do Pré Sal, colocou a Petrobrás na situação esdrúxula, nessa questão dos lucros, de ter de dar mais satisfações aos acionistas minoritários que ao acionista majoritário e controlador. O erro foi aumentar exageradamente a parcela do capital da empresa entregue a acionistas privados, inclusive pela colocação na Bolsa de Nova York, em busca de prestígio e *status*, das famosas ADRs, na prática equivalentes a ações.

Não existem hoje as condições que existiam anos atrás, quando o diretor Guilherme Estrela apostou acertadamente nas promessas do Pré Sal. Hoje, mesmo que não estivesse tão fragilizada na opinião pública pelas revelações da Operação Lava Jato, a Petrobrás não poderia ousar o que ousou lá atrás. Lá atrás o Brasil não estava mergulhado na recessão, no ajuste fiscal e nos outros tormentos destes dias.

Hoje estamos na defensiva e ainda ameaçados de tirarem da Petrobrás boa parte do que conseguiu reter do direito conquistado por ela de operar o Pré Sal em benefício do Brasil e não dos mercados e mercadores estrangeiros. ☹

Petróleo Política Oleo Leilão Ciência e Tecnologia AEPET ALERJ Representações Apoiamento Unibanco Leilão de Xisto Gas de Xisto Carvão Salto Direitos Humanos Direitos Trabalhistas Desigualdade Social Educação Manifestações Transporte Tortura Violência Menores Economia Saúde Petróleo Política Livre Xisto no Congresso Divida Pública Cuba Ira Salto Vila Autódromo paralisação

Debate Brasil TV "A verdade dos fatos sem o controle da grande mídia"

ORDEM E PROGRESSO

Colômbia Previdência Social PIB União Europeia Economia brasileira Petrobrás Comunidade Europeia Política Internacional Cúpula do G20 Amada Sampaio Prêmio Nobel da Paz Comissão da Verdade China especulação INSS Rússia Reforma Tributária Jornalistas Morte dos 12 dos meios de comunicação Problema d'água

APRESENTADOR: Paulo Passarinho

AEPET Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Canal YouTube AEPET